

**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

Ato nº 159, de 24 de setembro de 2007.

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve: Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, referente ao período de setembro de 2006 a agosto de 2007, para divulgação e conhecimento público.

DULCINA DE HOLANDA PALHANOCAR Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região ANEXO I

**UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2006 A AGOSTO/2007**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

| DESPESA COM PESSOAL  | Despesas Executadas (últimos 12 meses) |   |                |
|--|--|---|----------------|
|  | Liquidadas                             | Inscritas em Restos a Pagar não Processados | Total          |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)  | 156.416                                | 657   | 157.073        |
| Pessoal Ativo  | 111.991                                | 568   | 112.559        |
| Sentenças Judiciais sem precatório (do próprio Órgão)  |  |   |                |
| Sentenças Judiciais com precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)                | 828                                    |   | 828            |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo  | 111.163                                | 568   | 111.731        |
| Pessoal Inativo e Pensionistas   | 44.425                                 | 89  | 44.514         |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)              |  |   |                |
| (-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)  | 30.408                                 |   | 30.408         |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária   |  |   |                |
| Decorrentes de Decisão Judicial  | 983                                    |   | 983            |
| Despesas de Exercícios Anteriores  | 1.036                                  |   | 1.036          |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados  | 28.389                                 |   | 28.389         |
| <b>TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP (III) = (I - II)</b>                 | <b>126.008</b>                         | <b>657</b>                                  | <b>126.665</b> |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)  |  |   | 362.612.840    |
| % do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100 | 0,034750%                              | 0,000181%                                   | 0,034931%      |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)  |  |   | 278.951        |
| 0,076928%  |  |   |                |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)  |  |   | 265.003        |
| 0,073082%  |  |   |                |

FONTE: SIAFI e DICON/SOF/TRT 7ª REGIÃO

NOTAS:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) O item "Sentenças Judiciais c/ Precatório" é a soma de R\$ 392.454,94 relativo a Sentenças de Pequeno Valor, Ação 0625 e Precatório da Administração Direta, Ação 0005, R\$ 435.671,89.

3) No item "Demais Despesas c/ Pessoal Ativo" está incluso o valor de R\$ 17.948.724,71 referente à Contribuição Patronal para o PSSS/INSS, executável conforme art. 7º da Lei 11.439/06 (LDO/2007) e Port. Interministerial (STN/SOF) 688/2005.

4) Este Relatório não inclui o valor de R\$ 10.106.274,66 (8.896.232,30 - inscrito em restos a pagar não processados) referente destaque recebido para pagamento de precatórios de Órgãos da Administração Pública Indireta, conforme art. 28, da Lei 11.439/2006 (LDO/2007).

5) As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000.

Fortaleza, 24 de setembro de 2007.

DULCINA DE HOLANDA PALHANO  
Desembargadora Presidente do Tribunal

MONICA BOTELHO MOREIRA DE DEUS  
Diretora Geral - Ordenadora da Despesa

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA  
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

ANA PAULA BORGES DE ARAUJO ZAUPA  
Assessora de Controle Interno